



MENSAGEM N.º 59/2024

Manaus, 08 de junho de 2024.

Senhor Presidente

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados

Comunico a essa Augusta Assembleia Legislativa que, no uso da prerrogativa a mim deferida pelo artigo 36, § 1.º da Constituição Estadual, decido pela aposição de **VETO PARCIAL**, incidente sobre o **artigo 11, caput e parágrafo único**, do Projeto de Lei que “**DISPÕE sobre diretrizes para a viabilização das ações de fomento e valorização do Empreendedor Artesão Amazonense**”.

Sem prejuízo do reconhecimento das nobres intenções da Proposição, a matéria foi levada ao conhecimento da Procuradoria Geral do Estado, que por intermédio do Parecer n.º 112/2024-GPGE, documento que constitui parte integrante desta Mensagem e relevante subsídio à vossa deliberação, se pronunciou pela necessidade de aposição de veto parcial ao Projeto de Lei, alcançando a norma constante no seu artigo 11, caput e parágrafo único, por força do disposto o artigo 150, § 6.º da CF/88 e artigo 113 do ADCT.

Com efeito, estatui o artigo 150, § 6.º, da Constituição Federal, que qualquer modalidade de benefício fiscal só pode ser instituída por lei específica que regule exclusivamente o respectivo benefício ou tributo correspondente. *In verbis*:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos


Excelentíssimo Senhor
Digníssimo Deputado **ROBERTO MAIA CIDADE FILHO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas



a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g.

Por seu turno, o artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) impõe que “*A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro*”, que, uma vez ausente, ocasiona a incompatibilidade dos dispositivos apontados com a Constituição Federal.

Pelos motivos expostos, nos termos constitucionais, submeto os motivos de Veto Parcial à apreciação dessa Casa Legislativa, reiterando às ilustres Senhoras Deputadas e aos ilustres Senhores Deputados, na oportunidade, expressões de distinguido apreço.


WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

PARECER Nº 112/2024-GPGE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2024.02.001808 -GABINETE/PGE – SAJ
PROCESSO SIGED Nº. 01.01.011101.005608/2024-47
ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 222/2023
INTERESSADO: ALEAM - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
AMAZONAS

PROJETO DE LEI. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE TRÂNSITO. LEGISLAÇÃO LOCAL COM APTIDÃO PARA DERROGAR LEGISLAÇÃO NACIONAL. RECOMENDAÇÃO DE VETO POR VÍCIO DE COMPETÊNCIA E POR INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. Apesar de louvável o intuito do projeto de lei, a matéria é de competência legislativa privativa da União, *ex vi* do art. 22, XI, CF/88. Ainda, incabível à legislação local derrogar a legislação nacional, mormente quando o STF, em processo objetivo (ADI 2998), declarou constitucional as disposições contidas na Lei 9.503/97 contra as quais se voltam o PL 241/2019. Recomendação de veto ao projeto de lei por vício de competência e afronta ao pacto federativo brasileiro.

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pela Casa Civil acerca do projeto de lei de iniciativa parlamentar que dispõe sobre diretrizes para a viabilização das ações de fomento e valorização do Empreendedor Artesão Amazonense.

O projeto é de autoria do Deputado Adjuto Afonso, encaminhado à Casa Civil para sanção ou veto, mediante o Ofício n. 322/2024/GP/ALEAM.

Este documento é cópia fiel do original assinado digitalmente por GIORIANO BRUNO COSTA DA CRUZ-91663512272.

Documento P940_AE47_023D_0E5E assinado por SELMA MARIA BATISTA DOS SANTOS-275***** em 04/06/2024 às 11:14 utilizando assinatura por login/senha.



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

Após, o projeto foi encaminhado a esta Consultoria Jurídica com base na disposição do art. 2º, inciso X, da Lei Estadual nº 1.639/83.

Ressalta-se, ainda, a ausência do procedimento legislativo em sua inteireza, que permitiria uma mais precisa análise sobre a conformação do trâmite legislativo.

É o sucinto relatório. Passo a opinar.

2. FUNDAMENTAÇÃO.

Nos termos do art. 2º da Lei Estadual n.º 1.639/83, compete à Procuradoria Geral do Estado, instituição permanente, essencial à Justiça e à Administração Pública do Estado, vinculada exclusiva e diretamente ao Chefe do Poder Executivo, como órgão superior do Sistema de Apoio Jurídico da Administração Estadual, assessorar o Governador do Estado no processo de elaboração de propostas de emendas constitucionais, anteprojeto de lei, vetos e atos normativos em geral. No exercício dessa competência faz-se as considerações que seguem acerca do projeto de lei, submetendo-as à superior apreciação.

O projeto de lei *sub examine* versa sobre o fomento do artesanato amazonense, de modo que se enquadra na autorização constitucional concorrente para sua regulação, na vertente de legislação sobre produção, *ex vi* do art. 24, V, CF/88.

Deste modo, afigura-se, em princípio, a legitimidade do Estado do Amazonas para regular a matéria. Senão, veja-se:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

Assentada a competência do Estado do Amazonas para legislar sobre o tema, passa-se a análise do seu conteúdo.

Este documento é cópia fiel do original assinado digitalmente por GORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ:91663512272.



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

Depreende-se da leitura da propositura a louvável intenção do legislador em criar um ambiente de fomento ao produtor artesão amazonense dada a importância desta atividade para reforço e perpetuação da cultura, bem assim sua importância como vetor de desenvolvimento econômico e social.

Neste contexto, a legislação estadual assume importante papel na definição de diretrizes e conceitos afeitos à produção do artesanato amazonense; critérios para qualificação do empreendedor artesão; estabelecimento de conteúdo programático para as ações de fomento a serem desenvolvidas pelo Poder Público; e mecanismos de fomento.

Não obstante, cumpre observar que o art. 11 da propositura legislativa em análise previu a possibilidade de *“concessão de incentivo fiscal às empresas estabelecidas no Estado do Amazonas que financiarem projetos de empreendimentos que contemplarem a comercialização do artesanato produzido pelo empreendedor artesão, mediante aporte de capital”*. Ei a íntegra do teor do citado dispositivo:

Art. 11. Na forma desta Lei, as diretrizes gerais e ações elencáveis para viabilização do de fomento e valorização do Empreendedor Artesão Amazonense apoiam-se também na possibilidade da **concessão de Incentivo Fiscal** às empresas estabelecidas no Estado do Amazonas que financiarem projetos de empreendimentos que contemplarem a comercialização do artesanato produzido pelo empreendedor artesão, mediante aporte de capital.

Parágrafo único. O aporte de capital a que se refere o caput poderá resultar ou não em participação no capital social da empresa que for contemplada por esta Lei, a depender da modalidade de investimento escolhida pelas partes.

Sem adentrar no mérito da indução pretendida pelo legislador, o referido dispositivo parece ferir a Constituição Federal no ponto em que estabelece a forma de concessão de benefícios fiscais. Com efeito, estatui o art. 150, § 6º, da CF/88 que qualquer modalidade de benefício fiscal só pode ser instituída por **lei específica que regule exclusivamente o**

Este documento é cópia fiel do original assinado digitalmente por GIORIANO BRUNO COSTA DA CRUZ:91663512272.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

respectivo benefício ou tributo correspondente. In verbis:

Art. 150 (...)

§ 6º **Qualquer subsídio** ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, **só poderá ser concedido mediante lei específica**, federal, estadual ou municipal, que **regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo** ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g.

Vê-se, pois, que, nos termos da Constituição Federal, não seria legítima a previsão de incentivo fiscal em legislação que versa sobre produção, na vertente artesanato. Decerto, eventual *favor legis* neste sentido deveria ser previsto em **lei específica** sobre o tema ou sobre o tributo ao qual buscasse abranger, sob pena de inconstitucionalidade.

Não é outro, aliás, o entendimento consolidado no âmbito do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. Senão, veja-se:

EMENTA Embargos de declaração recebidos como agravo regimental no recurso extraordinário. Entidade de organização social. Isenção. Inexistência de lei específica. Impossibilidade de concessão pelo Poder Judiciário. 1. **A pacífica jurisprudência da Corte é firme no sentido de que “a outorga de qualquer subsídio, isenção ou crédito presumido, a redução da base de cálculo e a concessão de anistia ou remissão em matéria tributária só podem ser deferidas mediante lei específica”** (ADI nº 1.247/PA-MC, Tribunal Pleno, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 8/9/95). 2. O agravante não nega a inexistência de lei específica lhe concedendo o benefício fiscal pretendido e, a despeito do que dispõe o art. 150, § 6º, da Constituição Federal, pretende que o Poder Judiciário lhe conceda isenção, pretensamente com base no art. 11 da Lei Distrital nº 2.415/99, o qual

Este documento é cópia fiel do original assinado digitalmente por GIORIANO BRUNO COSTA DA CRUZ-91663512272.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

apenas o equipara, na qualidade de organização social, no âmbito do Distrito Federal, às entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais, sem, no entanto, dispor sobre qualquer benefício fiscal. 3. Agravo regimental não provido.

(RE 579708 ED, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 04-06-2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-165 DIVULG 22-08-2013 PUBLIC 23-08-2013)

Ademais, cabe destacar que o art. 113 do ADCT-CF/88 impõe que *“a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”*. No caso dos autos, contudo, não se observa, dentre o conteúdo remetido para análise no processo SIGED nº 01.01.011101.005608/2024-47, que tenha havido o cumprimento de tal ônus no curso do processo legislativo, de modo que, de acordo com o que foi submetido à PGE – frise-se –, a previsão do art. 11, *caput* e seu parágrafo único, não parecem estar em consonância com a Constituição Federal também neste ponto.

Portanto, considerando que a eventual aprovação do art. 11, *caput*, e seu parágrafo único, da propositura em análise representaria inegável inconstitucionalidade, sugere-se a sanção do PL com veto parcial à norma contida no art. 11, *caput* e parágrafo único.

3. CONCLUSÕES

Pelas razões expostas, entende-se que a instituição de qualquer benefício fiscal no âmbito do Estado do Amazonas deve ser efetivada por meio de lei específica que regule o benefício ou o tributo sobre o qual deva incidir, bem assim que a propositura deve ser necessariamente acompanhada da respectiva estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, razão pela qual opina-se pelo veto parcial ao projeto de lei, alcançando a norma constante no seu art. 11, *caput*, e parágrafo único, por força do disposto no art. 150, § 6º, da CF/88 e art. 113 do ADCT.

Este documento é cópia fiel do original assinado digitalmente por GIORDAO BRUNO COSTA DA CRUZ.91663512272.



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

É o parecer.

Submete-se à apreciação superior.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em
Manaus, 04 de junho de 2024.

GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ
Procurador-Geral do Estado

Este documento é cópia fiel do original assinado digitalmente por GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ 91663512272.

Documento 2024.10000.00000.9.023872
Data 10/06/2024



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2024.10000.00000.9.023872

Origem

Unidade: GERENCIA DE PROTOCOLO
Enviado por: MARIA DE JESUS SERPA DE SOUZA
Data: 10/06/2024

Destino

Unidade: GABINETE PRESIDÊNCIA
:

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PROVIDENCIAS
Despacho: ENCAMINHO PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIA

Documento 2024.10000.00000.9.023872
Data 10/06/2024



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2024.10000.00000.9.023872

Origem

Unidade: GABINETE PRESIDÊNCIA
Enviado por: GUSTAVO PICAÑO TAKETOMI
Data: 11/06/2024

Destino

Unidade: DIRETORIA DE APOIO LEGISLATIVO
:

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PROVIDENCIAS
Despacho: ENCAMINHO PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIA